Municípios Pequenos no Eixo da Hidrovia Tietê-Paraná: transformações rurais e processo de estruturação dos espaços regionais[1]

Maria Teresa Manfredo[2]
Rosana Baeninger[3]

Introdução

Este estudo inseri-se em um projeto mais amplo, no qual as migrações recentes e o processo de reorganização da população no espaço constituem preocupações centrais; o processo de reestruturação produtiva paulista juntamente com a redistribuição da população vêm contribuindo para a nova etapa da urbanização do Estado de São Paulo. Neste contexto, este estudo está voltado aos municípios pequenos da Hidrovia Tietê-Paraná, buscando identificar a dinâmica recente desses municípios, suas articulações, suas novas vocações que compõem a estruturação regional.

As considerações que serão apresentadas baseiam-se nos resultados dos Censos Demográficos de 1970 a 2000, bem como em entrevistas qualitativas e análises regionais. A partir da caracterização sociodemográfica das cidades pequenas e suas possíveis inserções na regionalização do Eixo da Hidrovia foram realizadas visitas a campo nas cidades, com menos de 20 mil habitantes, a saber: Arealva, Borborema, Boracéia, Cafelândia, Elias Fausto, Guarantã, Sabino, Santa Maria da Serra e Tabatinga. A estruturação vivenciada nesses espaços aponta um novo cenário urbano, transformações no rural, onde os nexos existentes entre as cidades passaram a assumir características não ligadas necessariamente com a industrialização dos espaços; a busca por vocações locais ou regionais vem impulsionando a inserção dos pequenos municípios no processo de reestruturação dos espaços regionais, tanto no meio rural quanto urbano.

Transformações no(s) Rural (is): enfoques teóricos adotados

As transformações ocorridas na economia brasileira trouxeram, sobretudo para o interior de São Paulo, uma intensificação da industrialização e uma ampliação do setor de serviços (Cano, 1988). Essas mudanças foram mais concentradas em determinadas localidades, beneficiando, particularmente as cidades de grande e médio porte. Dentro deste cenário socioeconômico, o que restaria às pequenas cidades? Tratar-se-ia de meros resíduos deixados pela ebulição urbano-industrial da segunda metade do século vinte? Por que

[1] Trabalho elaborado para o III Encontro Nacional de Migração no âmbito do Encontro transdiciplinar sobre Espaço e População. Campinas, 13 a 15 de novembro de 2003.
Este estudo teve o apoio do PIBIC/CNPq-SAE/UNICAMP (contemplando um projeto de iniciação científica denominado **Municípios Pequenos no Processo de Estruturação dos Espaços Regionais: o Eixo da Hidrovia Tietê-Paraná** e constitui parte do projeto mais amplo “Crescimento das Cidades, Regionalização e Reestruturação Urbana no Eixo da Hidrovia Tietê-Paraná”, em desenvolvimento no NEPO/UNICAMP, financiado pelo CNPq (processo n. 470172/2001-0).
[2] Graduanda em Ciências Sociais; Bolsista SAE/UNICAMP, no período de agosto de 2002 a julho de 2003.
[3] Orientadora da Bolsista. Professora do IFCH/UNICAMP e Pesquisadora do NEPO/UNICAMP.

em grande parte desses pequenos municípios está voltando a haver um crescimento populacional? Como estaria se dando sua inserção regional?

No andamento do estudo, as análises foram direcionadas para âmbito rural, pois as transformações urbanas paulistas não estavam sendo suficientes para explicar as modificações ocorridas nestas pequenas localidades. De fato, não evidenciavam o papel que estas estavam exercendo regionalmente e os motivos de sua atratividade populacional, uma vez que não se tratavam de espaços possuidores de grandes indústrias; sua rede de serviços é, na grande maioria, precária, tratando-se de localidades bastante marcadas pelo contexto rural.

A revisão bibliográfica focada no rural permitiu compreender processos mais gerais, de transformações de ordem macroeconômica, que podem contribuir para uma reconfiguração dos próprios municípios pequenos, bem como de seu papel para a estruturação regional. A relação rural/urbano se refaz, se redefine, construindo novos e distintos arranjos entre essas espacialidades.

Graziano da Silva (1999) explicando as diferenças quantitativas desses dois territórios – como níveis de renda, grau de acesso a bens e serviços, dentre outros - aponta como nos dias atuais, rural e urbano não se anulam e sim, se complementam. Segundo o autor, a partir da modernização da agricultura, e também da ampliação dos mercados de bens e serviços para os setores rurais, houve uma maior ocupação da população rural brasileira em postos não agrícolas e uma crescente evidência da importância da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural, caracterizando o “novo rural brasileiro”.

Ou seja, o espaço rural brasileiro não pode mais ser ligado à produção de mercadorias agrárias estritamente. O meio rural aparece no contexto atual como um espaço multifacetado que oferece - além de produtos agrícolas e mão-de-obra - bens naturais, turismo, lazer e a possibilidade de combinar, no espaço local-regional, postos de trabalho com pequenas e médias empresas (Graziano da Silva, op. cit). Assim, mudando de ramo de atividade (de agrícola, para não-agrícola) ou ainda combinando estes dois tipos de atividades (pluriatividade), a população rural brasileira tem uma outra alternativa para aumentar sua renda, sem ter necessariamente que se mudar para a cidade (Graziano da Silva, op. cit.).

De acordo com Graziano, essas atividades passaram a formar verdadeiras cadeias produtivas abarcando não apenas transformações agro-industriais, mas também serviços relativamente complexos nos ramos de distribuição, comunicações e embalagens, visando nichos de mercado muito particulares para sua inserção na economia (Graziano da Silva, op. cit.).

As principais atividades não-agrícolas com importância crescente no meio rural brasileiro seriam: 1) as relacionadas à agroindústria no meio rural; 2) as ligadas ao próprio lugar e à preservação do meio ambiente – aqui se incluem moradias, turismo, lazer etc.; 3) proliferação de sítios de recreio ou chácaras de lazer, voltadas à classe média urbana, localizadas em áreas próximas a rios ou reservas florestais e com fácil acesso. (Graziano da Silva, op. cit)

Haveria também um conjunto de "novas"[4] atividades agropecuárias que também comporia este "novo rural". Essas também estariam visando nichos específicos de mercado; com mais detalhes, seriam atividades até então sem importância econômica, muitas vezes realizadas como "hobbies", que dentro de um mercado globalizado ganham nova significação - são exemplos desse tipo de produção: piscicultura (pesque-pagues), criação de animais exóticos (avestruz, rãs, javali etc.), olericultura, fruticultura de mesa, dentre outros (Graziano da Silva, op. cit).

É importante esclarecer aqui, que o autor não considera que este processo venha ocorrendo homogeneamente em todo o país. "(...) É evidente que há diferenças substanciais, ainda que se possam observar, em graus diferentes de importância relativa conforme as diferentes regiões do país (...)" (Graziano da Silva, op. cit: 09). O fato é que não se pode negar que essas transformações vêm ocorrendo, no entanto, são mais evidentes em determinadas espacialidades, sobretudo, no Estado de São Paulo, dada toda sua história sócio-econômica.

Uma outra abordagem sobre o mesmo tema, porém, com foco numa análise mais interna, é realizada por Wanderley (2000)[5]. A autora analisa estas transformações, no que diz respeito à estrutura e vida local, ligadas à dinâmica social no meio rural e acredita que isto seja resultado da convergência de diversos fatores – especialmente de origem macroeconômica. Assim, é apontada para a emergência de uma "nova ruralidade". Longe de serem encaradas como um processo homogeneizador, estas transformações resultam numa profunda diferenciação dos espaços rurais, tanto quando se compara estes aos espaços urbanos, quanto internamente, no que se refere à rede de transformações desenhada.

A autora lembra que nos tempos atuais o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não só do dinamismo agrícola, mas também de sua capacidade de atração de outras atividades econômicas e outros interesses sociais, realizando assim uma profunda "resiginificação" de suas próprias funções sociais (Wanderley, op. cit.).

Um importante aspecto apontado seria o de que a distância física e social que tradicionalmente existia entre os habitantes das zonas rurais e das urbanas, foi sendo gradativamente reduzida. Esta "paridade" é fruto, além da expansão efetiva das cidades, do crescente acesso da população rural a bens e serviços modernos e a níveis de renda mais próximos aos dos habitantes das cidades – a conseqüência disso tudo seria, dentre outras coisas, uma maior interação entre as populações rurais e urbanas, em diferentes e múltiplas dimensões da vida social (idem).

Além da modernização rural e da paridade social, outros fatores como, por exemplo, uma maior acessibilidade a meios de transportes e comunicação e estímulos de desenvolvimento local, contribuíram

[4] A palavra novo, ou nova, aparece aqui entre aspas porque são atividades que já existiam, apenas receberam outra significação com a recente configuração da estrutura produtiva

[5] Este artigo nos traz importantes discussões sobre o processo de transformações no meio rural observado a partir do fenômeno de reestruturação produtiva. Cabe dizer ainda, que apesar da autora propor uma reflexão sobre as transformações do mundo rural nas sociedades modernas avançadas, acreditamos (e nosso trabalho de campo também deixou claro isso), que grande parte das discussões também podem ser trazidas para o âmbito do rural paulista, sobretudo no que se refere aos municípios por nós visitados. O artigo de Wanderley contribui ainda no sentido de ser baseado em uma bibliografia relativamente pouco difundida no Brasil.

para a redução de fluxos migratórios do campo para a cidade, ao mesmo tempo em que atraiu certas categorias sociais para o meio rural[6] (idem). Acrescentando a este processo a "crise do modo de vida urbano", podemos observar o que Kayser (1990, *apud* Wanderley, op. cit.: 98) chamou de "renascimento rural" – que se confirma sobretudo em países desenvolvidos, em pequenos municípios, e não somente naquelas localidades rurais sob influência direta das cidades próximas, mas também nas mais distantes (Wanderley, op. cit.). É ressaltada ainda, a importância crescente da classe média de origem urbana no meio rural, muitas vezes portadora de uma "visão idílica" deste espaço, buscando o contato direto com a natureza (Wanderley, op. cit.).

Estas transformações podem, assim, gerar conflitos diversos, especialmente no que se refere à identidade local, uma vez que "embora as pessoas estejam seguras de que são 'residentes rurais', de que vivem num lugar rural e que adotam um estilo de vida rural, estão menos certas do que o 'rural' pode significa nestas circunstâncias" (Fitchen, 1991: 248, *apud* Wanderley, op. cit.: 99). Dessa forma, os conflitos gerados refletem variadas concepções sobre o que seja rural e dos usos que podem se dar aos espaços rurais (Wanderley, op. cit.).

Assim, Wanderley conclui que chegamos a um ponto em que as diferenças entre rural e urbano muitas vezes não se dão mais no nível de acesso aos bens materiais e sociais, que estão sendo, de alguma certa forma, homogeneamente distribuídos entre os habitantes dessas duas espacialidades. Também seus modos de vida não se diferem gritantemente. As especificidades de cada um vão se manifestar portanto no plano das "identificações e reinvindicações da vida cotidiana", de modo que o "rural", constituído a partir de uma referência espacial e "inserido num campo ampliado de trocas sociais", se torne um *ator coletivo* (Wanderley, op. cit.).

Resta-nos esclarecer que a autora não considera que todas estas transformações estejam ocorrendo de forma homogênea em todos os territórios – inclusive nas sociedades de capitalismo avançado. "Partes significativas do espaço rural correspondem, freqüentemente, às zonas mais fragilizadas dos territórios nacionais, que ainda se diferenciam do urbano pelas suas condições de inferioridade no que se refere, precisamente, ao acesso da população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais" (Wanderley, op.c it.: 114).

Transformações no(s) Rural (is): heterogeidades e diversidade local

Nos municípios visitados, os entrevistados manifestaram que o rural é o setor mais forte do local, o que coincidia muitas vezes também, com o que mais gera emprego. Estes municípios estão se desenvolvendo também devido a outros interesses sociais que vêm surgindo em direção ao meio rural; no caso de alguns municípios visitados, deve-se mencionar o retorno dos aposentados ou famílias de classe média que buscam o retorno ao local de origem ou melhor qualidade de vida. Este desenvolvimento também se deve a um novo

[6] A autora se refere aqui inclusive a pessoas aposentadas: "(...) boa parte dos quais reencontravam suas origens rurais, após o período de atividade produtiva. Dispondo de recursos e em condições de

eixo de atração de atividades econômicas (no caso, de Borborema e Arealva, residências de lazer). À luz de Wanderley (op. cit.) pode-se afirmar que, houve nesses locais uma "resignificação" da função social do rural, e dos próprios municípios.

Não se pode negar ainda, que está havendo portanto uma maior interação entre as populações rural e urbana. Assim como uma maior acessibilidade de transporte e comunicação – tão presentes atualmente no rural paulista – além de estímulos de desenvolvimento local, como por exemplo, por parte da prefeitura. Todos estes fatores, aliados a uma "crise do modo de vida urbano", fazem com que estas modificações se tornem viáveis.

É claro que há outros motivos que também contribuem para que se tenha um maior desenvolvimento destes municípios, a grande maioria deles intimamente ligada a transformações no meio rural advindas da reestruturação produtiva. Como pudemos verificar, em Cafelândia o setor de serviços é também muito procurado por cidades ainda menores (Guarantã, Pongaí etc.). Além disso, há também neste município uma grande variedade de plantações de culturas que visam nichos específicos de mercados, caracterizado por Graziano da Silva como típicas do "novo rural". De acordo com a Casa da Agricultura de Cafelândia, há a criação de avestruz; um pesque-pague; cultivo de manga, macadame, abacate, amora, pinha, goiaba, pimentão, limão, sorgo, tangerina, além da plantação de seringueira e o cultivo de culturas mais convencionais como cana, laranja, milho, café, soja, amendoim e a criação de gado de corte e de leite.

Há ainda no município 29 pequenas indústrias que variam entre o setor de vestuário, alimentício, papel, móveis, calçado, até materiais de comunicação, dentre outros. Ainda, obtivemos dados da própria prefeitura, que relatam que diariamente 400 pessoas viajam até o município de Lins para trabalhar em um grande frigorífico da região. Por fim, um dos entrevistado nos disse que Cafelândia é muito tradicional na área de eventos (carnaval, festa de rodeio, feira de artesanato), o que atrairia a visita de grande parte da região.

Em Arealva há o predomínio de pequenas propriedades, de acordo com dados da Casa da Agricultura Municipal, 70,35% das propriedades têm de 0 a 50 ha – o que é um bom fator para o desenvolvimento local; como bem aponta Veiga (op. cit.), todos os municípios rurais com mais altos Índices de Desenvolvimento Humano (como é o caso de Feliz/RS) são localidades com forte predomínio de pequenas propriedades e agricultura familiar.

Ainda segundo dados da Casa da Agricultura, há em Arealva o intenso cultivo de olericultura, e fruticultura como banana, ponkan, mexerica que são comercializadas em Bauru. Há também a existência de culturas mais tradicionais como café, cana-de-açúcar, milho, soja e amendoim. Além disso, foi citado nas entrevistas que um importante ramo dinamizador do município seria a pequena indústria de transformação (bordado), assim como a indústria de móveis.

Um outro município que possui rede diversificada de atividades é Santa Maria da Serra. Este município, que cresceu populacionalmente desde 1970 até 2000 (passando de 2147 habitantes para 4619),

---

aproveitar a 'terceira idade' (...)" (p. 99)

tem se destacado regionalmente pelo cultivo de hortaliças pelo sistema orgânico; além disso há um pesque-pague na cidade e a produção de sucos naturais (o maracujá com maior intensidade, além da acerola, abacaxi e laranja). Por margear o Rio Tietê, há ainda o interesse em se investir no turismo, buscam ter o título de Estância Turística.

Temos ainda o caso de Elias Fausto. Município que sempre apresentou taxas de crescimento populacional positivas, desde 1970 a 2000, também mostra-se com grande diversificação em suas atividades produtivas. Além do tradicional cultivo da cana-de-açúcar, há ainda plantações irrigadas de tomate, berinjela e uvas – que de acordo com dados da prefeitura, são fornecidos a grandes supermercados da região. Há ainda a presença de pequenas indústrias nos ramos de: embalagem, plásticos, têxtil, produção de cestas básicas e de móveis.

Sobre as pequenas indústrias destes municípios cabe ainda uma observação. De acordo com as entrevistas, em grande parte dos locais visitados, há uma tendência de utilizar trabalho doméstico para a realização das fases mais artesanais do processo produtivo fabril – é o que Veiga (op. cit.) chama de "terceirização informal", caracterizada pela pluriatividade de empreendimentos familiares, numa combinação, muitas vezes, entre atividades do setor primário e de diversos ramos industriais e terciários. É muito comum isto acontecer nos ramos de calçado, mobiliário, têxteis, brinquedos ou fogos de artifício – mesmo porque este tipo de indústria tem mais motivos para se localizar em comunidades pequenas do que, por exemplo, as automobilísticas – e são responsáveis por uma grande geração de empregos e dinamização econômica local (Veiga, op. cit.).

Este tipo de empreendedorismo fica mais evidente ainda no caso de Tabatinga. Município com 6875 habitantes em 1970, chegou a 12.989 no ano 2000. No trabalho de campo pudemos verificar que o município dispunha de uma estrutura agrária que se tornou insuficiente para garantir uma boa renda familiar. Foi então dado ênfase a um tipo de trabalho que pode ser empregado em condições flexíveis, e que se inseria em outros negócios instalados na região.

Até dez anos atrás predominava no município o maciço cultiva da laranja, com a crise neste setor no início da década de 90, a fabricação de bichos de pelúcia, que já existia na cidade, se fortaleceu. Este ramo de atividade foi então responsável pelo dinamismo econômico em Tabatinga..

Já no município de Guarantã, verificamos que um crescimento populacional ocorrido entre 1991/2000, pode ter sido gerado pela presença de dois assentamentos ligados ao MST no município. O processo de consolidação dos assentamentos se deu desde fins da década de noventa e foi responsável pela fixação de aproximadamente 300 famílias, quando o município ainda possuía 5.538 habitantes em 1991. No censo de 2000 Guarantã chegou aos 6294 habitantes.Esses assentados eram em grande parte da própria região, assim como da região de Promissão. Há ainda migrantes da região de Campinas e Andradina, dentre outros

Estudos como o de Bergamasso (2003), da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp, apontam que estes núcleos rurais podem proporcionar - além de uma melhor qualidade de vida para os

próprios assentados - ganhos para os municípios onde estão situados, e até mesmo para suas regiões. No entanto, conforme verificamos, este não é exatamente o caso de Guarantã.

Esses assentamentos trouxeram uma revitalização para o meio rural do município, marcado até então por imensas glebas e a monocultura do café, ou a maciça criação de gado de corte. Trouxe também uma maior dinamização para o comércio local – vejamos a fala de um dos assentados entrevistados:

> *"E a partir do momento que foi feito o assentamento, a contribuição é maior, porque as famílias receberam financiamento e, e gastam aqui e além disso, toda verba que vem pro assentamento é do governo federal, então é uma verba que vem direto da União, e ainda é investido no município, né. (...) Então todo dinheiro que vem é investido no município né, porque as pessoas gastam aqui, compram lá em Guarantã e, né. E estão produzindo e tão vendendo em Guarantã também (...)"* (Migrante de Cafelândia, assentado no município de Guarantã).

Há nesses assentamentos o intenso cultivo de maracujá. Há também criação de gado leiteiro e sericicultura. Além disso, em outras propriedades do município há muito cultivo de frutas como goiaba, pêra- tratam-se de produtos ligados ao "novo rural" - além da laranja e do café, criação de gado e aves (frango) de corte.

Por parte da prefeitura, podemos afirmar que ao mesmo tempo em que se fala na construção de um galpão de indústrias de agronegócio, fala-se também no interesse para que uma usina de cana-de-açúcar se instale no município – o que evidencia um desinteresse para o estímulo da agricultura familiar, assim como uma despreocupação quanto em atrair "novas atividades", realmente dinamizadoras do meio rural.

Como vimos, mesmo sabendo que a potencialidade do município seria no sentido de sua produção agrícola, não há de fato um plano de desenvolvimento regional, que busque articulações intermunicipais e um diagnóstico da vocação territorial tal qual Veiga (op. cit.) sabidamente propõe como solução para um desenvolvimento local. Assim, podemos afirmar que o assentamento trouxe uma "reconquista do território rural" (Coulomb, *apud* Wanderley, op. cit.: 119) – até então abandonado às grandes propriedades que, quando produtivas, preferiam o intenso predomínio de culturas padronizadas (como o café), que visam apenas mercados que absorvem *commodities* e manufaturados.

Sendo assim, podemos concluir que, de fato, nossa experiência empírica nos mostrou que nas localidades onde há uma capacidade de atração de outras "novas atividades econômicas" (Graziano da Silva, op. cit.) há uma maior interação local-regional e um conseqüente dinamismo socioeconômico – inclusive em termos populacionais.

Além de todos os fatores até agora apontados, os pequenos municípios também são muito dependentes da utilização dos serviços das cidades maiores de suas proximidades, como bem apontado anteriormente por Feldman (op. cit.). Assim, podemos afirmar que de alguma maneira estão exercendo o papel de consumidores de determinadas atividades da região onde se inserem.

Os habitantes de Cafelândia e de Sabino recorrem principalmente a Lins; Arealva recorre a Bauru.

Em Boracéia falou-se em buscar os serviços de Bariri, Bauru, Pederneiras e Jaú. Em Borborema recorrem a Bauru, Ribeirão Preto, Araraquara, São José do Rio Preto, Novo Horizonte, Itápolis e Ibitinga.

A população de Tabatinga utiliza muito os serviços de Araraquara; e a de Guarantã, os de Lins e Marília. Mais uma vez isto confere com o que foi elucidado por Wanderley (op. cit.): dadas as facilidades de locomoção e comunicação atuais, as diferenças entre rural e urbano cada vez menos estão se dando no nível de acesso aos bens materiais e sociais - há uma tendência para que estes sejam, cada vez mais, homogeneamente distribuídos entre os habitantes dessas duas espacialidades. De acordo com a autora, as especificidades de cada um vão se manifestar no plano das identificações.

Transformações no(s) Rural (is): identidade local

Como apontado anteriormente, as transformações no meio rural podem gerar múltiplos conflitos, especialmente no que se refere à identidade local. Sendo assim, resgata-se aqui as reflexões advindas das visitas a campo no que se refere a identidade local, em função das mudanças ocorridas no espaço rural.

De fato, o que se pode averiguar no trabalho de campo foi que (mesmo apesar de os municípios visitados se tratarem de localidades relativamente próximas, inseridas, de alguma forma, num mesmo contexto estadual) o processo de modificação do rural não vem ocorrendo de forma homogênea. De todo modo, ficou provada a existência deste processo, seja em graus menores ou maiores.

Torna-se importante destacar que tanto nos municípios menos inseridos nessa ordem de mudança, quanto naqueles em que essa nova dinâmica do rural é mais parente, no que se refere a uma nova identidade local em função das transformações no rural ainda é um processo não consolidado. Em nenhuma das localidades visitadas – mesmo havendo “novas atividades rurais”, como turismo na área rural, segunda casa de residência, criação de avestruz, pesque-pague etc. – os entrevistados não apontavam uma modificação do rural; as respostas dadas sempre se referiam a um rural que cultiva plantações padronizadas, referindo-se sempre à atividades ligadas a grandes complexos agro-industriais. Vejamos algumas falas:

> *“ Alguns maiores até tem procurando fazer uma alternativa, mas nada em grande escala. (...) teve alguns que plantaram alguma coisinha, uma fruta, um maracujá... um pouquinho de manga, mas, nada significativo. (...) Aqui tem um pesque-pague aqui da cidade, que é o Pesque-Pague Almeida, e um no distrito de Curupá, que é no Hotel Curupá, né. E tem também o pessoal que trabalha com piscicultura (...) nada que gire o turismo. Tá, no pesque-pague, no pesque-pague isso aí é o turismo assim, natural, regionalzinho.”* (Prefeitura Municipal de Tabatinga).

> *“Aqui no nosso município praticamente tem predominado essas culturas mesmo, né. Não tenho... observado mudanças drásticas não.”* (Prefeitura Municipal de Boracéia).

Fica evidente a despreocupação no que tange ao dinamismo que uma atividade em “pequena escala” como esta pode causar no local. Ou seja, estas “novas atividades” são muito pouco consideradas como fonte de desenvolvimento.

Cabe dizer ainda, que toda vez que algum entrevistado era indagado quanto ao tipo de cultura agrícola que havia no município, todos respondiam, a princípio, no sentido do cultivo de plantações mais tradicionais como cana-de-açúcar, café ou laranja. Talvez isso aconteça porque os habitantes dessas localidades ainda não perceberam que uma agropecuária produtiva não implica necessariamente num desenvolvimento local - como é o caso dos *commodities*, que geram muito mais renda, do que emprego propriamente (Graziano da Silva, op. cit.).

Em Cafelândia, por exemplo, mesmo a despeito de haver tantas "novas atividades" no município, estava sendo promovido pela prefeitura municipal o 1º Fórum de Agronegócio da Soja. Este tipo de cultivo é inclusive apontado por Veiga (op. cit) como um dos "que mais poupam trabalho (...) [deixando] de estimular no próprio entorno a evolução diversificada de outras iniciativas" (Veiga, op. cit.: 74).

"Embora as pessoas estejam seguras de que são 'residentes rurais', de que vivem num lugar rural e que adotam um estilo de vida rural, estão menos certas do que o 'rural' pode significar nestas circunstâncias" (Fitchen, 1991: 248, *apud* Wanderley, op. cit.: 99). Nesse sentido, dadas as variadas concepções do que seja rural e dos usos que podem se dar aos espaços rurais captados neste trabalho empírico, é difícil adotar apenas o conceito de "novo rural". Se por um lado, pode-se verificar no trabalho de campo que, de fato ,este processo está ocorrendo, mesmo que em graus diferentes, por outro lado, este processo não é homogêneo, como já alertam os autores mencionados. No entanto, propõe-se aqui, que além de ser heterogêneo, este processo ainda está em fase de implantação e consolidação; trata-se portanto de um *rural intermediário.* Resignificações estão presentes, novos estilos de vida rural, (re) arranjos familiares, atividades agrícolas e não-agrícolas, sem porém que se perceba uma "nova" identidade manifesta, configurando *espacialidades rurais redesenhadas*.

Referências Bibliográficas

BERGAMASCO, S. *Unicamp dimensiona papel de assentamentos na cadeia produtiva.* Jornal da UNICAMP, n. 215,.
junho de 2003

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL TIETÊ-PARANÁ . Projeto Calha. CEPAM, São Paulo,1994.

CAIADO, A. "A Economia Paulista nos anos 90", **in** HOGAN, D. J.; et al. *Migração e Ambiente em São Paulo:* Aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: PRONEX/NEPO-UNICAMP, 2000.

__________; VASCONCELOS, L. A. *As políticas de atração municipal: localização industrial e os distritos industriais.* Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP/FECAMP, 1994. (Relatório de pesquisa. Projeto "A nova realidade regional da indústria paulista: subsídios para a política de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo).

CANO, W . *A Interiorização do Desenvolvimento Paulista* . Fundação SEADE, 1988.

________. "Da crise ao caos urbano", **in** GONÇALVES, M. F.; et. al. *Regiões e cidades, cidades nas regiões:* o desafio urbano-regional. Ed. Unesp, 2003.

CARLOS, A. F. A. “Dinâmica do desenvolvimento socioeconômico de São Paulo: bases para análise”, **in** GONÇALVES, M. F.; et. al. *Regiões e cidades, cidades nas regiões:* o desafio urbano-regional. Ed. Unesp, 2003.

FELDMAN, S. “Política urbana e regional em cidades não-metropolitanas”, **in** GONÇALVES, M. F.; et. al. *Regiões e cidades, cidades nas regiões:* o desafio urbano-regional. Ed. Unesp, 2003

FERNANDES, A. N. e CASAGRANDE, E.E. “Eficiência e equidade: incursões recentes em torno de um velho debate a partir das regiões do Estado de São Paulo”, **in** GONÇALVES, M. F.; et. al. *Regiões e cidades, cidades nas regiões:* o desafio urbano-regional. Ed. Unesp, 2003

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro.* Campinas: UNICAMP. IE, 1999. (Col. Pesquisas, 1).

LEONCINI, S. “Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo”, **in** GONÇALVES, M. F.; et. al. *Regiões e cidades, cidades nas regiões:* o desafio urbano-regional. Ed. Unesp, 2003.

VEIGA, J. E da. *Cidades Imaginárias*: o Brasil é menos urbano do que se calcula, Campinas, Ed. Autores Associados, 2002.

.

WANDERLEY, M. N. B. “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo”, **in** Estudos Sociedade e Agricultura, n. 15, 2000.